

Energia dos Ventos I S.A.

**Demonstrações contábeis 31
de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores e Acionistas da
Energia dos Ventos I S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos I S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energia dos Ventos I S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Energia dos Ventos I S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante		22.167	22.306
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.545	696
Investimento de curto prazo	5	15	970
Títulos e valores mobiliários	6	17.517	18.215
Contas a receber de clientes	7	2.726	2.154
Despesas pagas antecipadamente		364	268
Outros ativos		-	3
		95.626	101.306
Não circulante			
Imobilizado	8	95.540	101.220
Intangível		86	86
		117.793	123.612
Total do ativo			
		14.069	12.381
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	793	969
Partes relacionadas	14.1	12	25
Empréstimos e financiamentos	10	6.382	5.798
Arrendamentos		52	64
Salários, férias e encargos sociais		146	159
Impostos e contribuições sociais a pagar		287	237
Outros tributos a pagar		200	153
Dividendos a pagar	14.1	-	412
Provisão de ressarcimento	13	6.189	4.555
Outros passivos		8	9
		54.001	57.044
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	44.839	49.185
Arrendamentos		2.430	3.262
Provisão de ressarcimento	13	3.508	1.675
Provisão para desmobilização	12	3.224	2.922
		49.723	54.187
Patrimônio líquido	15		
Capital social		47.342	51.365
Reserva de lucros		2.381	2.822
		117.793	123.612
Passivo e patrimônio líquido			
		117.793	123.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos I S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	16	14.773	12.860
Custos operacionais	17	(8.671)	(7.552)
Lucro bruto		6.102	5.308
(Despesas) receitas operacionais	17	(1.432)	(1.104)
Despesas gerais e administrativas		(1.432)	(1.104)
Lucro antes do resultado financeiro		4.670	4.204
Resultado financeiro		(3.610)	(3.659)
Despesas financeiras	18	(6.050)	(5.596)
Receitas financeiras	18	2.440	1.937
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.060	545
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(1.501)	(1.196)
Prejuízo do exercício		(441)	(651)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos I S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(441)	(651)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(441)	(651)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos I S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	55.506	228	3.245	-	58.979
Redução de capital	(4.141)	-	-	-	(4.141)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(651)	(651)
Compensação com prejuízos acumulados	-	-	(651)	651	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	51.365	228	2.594	-	54.187
Redução de capital	(4.023)	-	-	-	(4.023)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(441)	(441)
Compensação com prejuízos acumulados	-	-	(441)	441	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	47.342	228	2.153	-	49.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos I S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.060	545
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização		5.102	3.723
Encargos de dívidas empréstimos	10.b	5.235	4.873
Encargos de dívidas arrendamentos		296	274
Receita de aplicações financeiras	18	(2.440)	(1.937)
Outras variações monetárias líquidas		400	(1.653)
Provisão para ressarcimento	13	5.659	5.845
Baixa do ativo imobilizado		-	142
		15.312	11.812
(Aumento) redução no ativo			
Contas a receber de clientes		(572)	626
Impostos a recuperar		(386)	-
Adiantamento a fornecedores		3	-
Despesas pagas antecipadamente		(96)	18
Outros ativos circulantes e não circulantes		2	-
		(1.049)	644
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		(177)	135
Partes relacionadas		(13)	-
Salários, férias e encargos sociais		(13)	(44)
Provisão para ressarcimento	13	(2.286)	-
Impostos e contribuições sociais a pagar		46	1.594
Outros passivos circulantes e não circulantes		2	301
		(2.441)	1.986
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		(1.067)	(1.165)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais		10.755	13.277
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(12.748)	15.040
Resgates em investimento de curto prazo		16.836	(14.745)
Adições no imobilizado	8	(170)	(892)
Adições no intangível		(43)	(2)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos		3.875	(599)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Redução de capital		(4.023)	(4.141)
Pagamentos de dividendos		(412)	-
Ingresso de dívidas		463	918
Amortização de principal do financiamento	10.b	(5.803)	(5.260)
Amortização de pagamento de juros do financiamento	10.b	(3.657)	(3.889)
Amortização de principal do arrendamentos		(53)	(40)
Amortização de pagamento de juros arrendamentos		(296)	(274)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(13.781)	(12.686)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		849	(8)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	696	704
Saldo no final do exercício	4	1.545	696
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		849	(8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis *(Em milhares de reais)*

1 Informações gerais

A Energia dos Ventos I S.A. (“Energia dos Ventos” ou “Companhia”), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL.

A Companhia foi autorizada pela Portaria 431 de 17 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Goiabeira, constituída de doze unidades geradoras de 1.600 kW, totalizando 19.200 kW de capacidade instalada e 9.900 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará.

Em 06 de janeiro de 2015 a Companhia protocolou na Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a solicitação de alteração de característica técnica passando a ter onze Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 23.100kW de capacidade instalada e 11.800 kW médios de garantia física. A ANEEL anuiu a solicitação através da Resolução Autorizativa nº 5.649, de 23 de fevereiro de 2016.

Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/11, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os referidos contratos vigorarão pelo prazo de 20 anos (até dezembro de 2035).

Autorização da ANEEL para início das operações comerciais: O Despacho nº 3.139 de 21 de dezembro de 2018, definiu o início de operação comercial a partir do dia 22 de dezembro de 2018.

A autorização de exploração da Geração Eólica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data da sua publicação (até julho de 2047) podendo ser prorrogada a critério do poder concedente. Não está previsto indenização dos investimentos efetuados ao final do prazo da autorização.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base de conformidade

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis em 02 de março de 2026.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os mensurados a valor justo.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências.

I. Julgamentos

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 3.2 – Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e nota explicativa 8 – Ativo imobilizado;
- Nota 11 - Provisões para contingências e nota explicativa 3.3 – Provisões: estimativa do risco;
- Nota 12 – Provisão para desmobilização de ativos e nota explicativa 3.3 - Provisões: Reconhecimento e mensuração dos valores envolvidos;
- Nota 13 e nota explicativa 3.11 – Provisão de ressarcimento: Reconhecimento e mensuração dos valores envolvidos.

II. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.2 – Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e nota explicativa 8 – Ativo imobilizado: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota explicativa 3.7 - Arrendamentos: taxas aplicadas e contratos considerados;
- Nota 7 - Contas a receber de clientes e nota explicativa 3.8 - Receita de geração de energia elétrica: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Nota 8 e nota explicativa 3.4 – Imobilizado: taxa de depreciação;
- Nota 11 - Provisões para contingências e nota explicativa 3.3 - Provisões: reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 12 – Provisão para desmobilização de ativos e nota explicativa 3.3 - Provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 13 e nota explicativa 3.11 - Provisão de ressarcimento: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Sumário das principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O saldo de contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido

por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor recuperável.

Teste de redução ao valor recuperável

A Companhia avaliou a evidência de desvalorização dos ativos financeiros e não financeiros com base no seu valor em uso, em função do crescimento dos cortes de geração de energia (curtailment) que afetou a geração de energia aumentando por consequência a provisão com ressarcimento ao longo do exercício de 2025, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa.

Os estudos de recuperabilidade foram realizados com data-base em setembro de 2025 e não indicaram a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

O teste de recuperabilidade considerou o modelo econômico-financeiro da Companhia, projetado de forma nominal e anual ao longo do prazo remanescente da autorização.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras aterradas, como fundações, rede de água e esgoto, etc.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitada pelo prazo de autorização de exploração do parque.

3.5 Tributação

Em 2025 e 2024 a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro presumido;

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e,
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com a presunção aplicando sobre o montante da receita bruta as alíquotas de 8% e 12% respectivamente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 mil trimestrais totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Imposto de renda e contribuição social – auferidos

O Imposto de renda e a contribuição social – auferidos Passivos são mensurados com base nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social auferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento de receitas auferidas com base no regime de competência que haverá o recebimento futuro, e conseqüentemente os saldos são revertidos a medida em que as receitas são recebidas.

3.6 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.7 Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

3.8 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no ambiente de Contratação Regulada – ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2025 é de R\$ 229,72MW/h, (R\$ 218,54 MW/h em 2024) reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 20 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016.

(ii) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2025 é de R\$ 195,28 MH/h (R\$ 181,17 MH/h em 2024).

(iii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzida, é comercializada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.9 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou,
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.10 *Ajuste a valor presente de ativos e passivos*

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

3.11 **Provisão de Ressarcimento**

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia eólica fora dos limites de tolerância estabelecidos nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CCEAR são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada, valorada pelo PLD médio do mês de liquidação do excedente.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CCEAR são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada, valorada pelo maior valor entre o PLD médio anual ou quadrienal e a tarifa vigente do CCEAR no momento da apuração.

A Companhia considera que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47- Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia

mensura a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável.

3.12 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Em vigor desde 1º de janeiro de 2025

Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025, são:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade / permutabilidade	01 de janeiro de 2025
OCPC 10 – Créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e crédito de descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das informações financeiras intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01 de janeiro de 2025

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R2) Demonstrações consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 01.01.2024 e obrigatória a partir de 01.01.2026 para companhias abertas
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Classificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01 de janeiro de 2026
CPC 18 (R2) Investimento em coligada, em controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01 de janeiro de 2026
IFRS 18 – Apresentação e divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma que altera a estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01 de janeiro de 2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01 de janeiro de 2027

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e espera impactos substanciais nas demonstrações contábeis na adoção da norma IFRS 18.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Banco conta movimento	1.545	696

5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração média		31/12/2025	31/12/2024
	31/12/2025	31/12/2024		
Fundo de Investimento - STA Energia	100,44% do CDI	94,99% do CDI	15	970

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração média		31/12/2025	31/12/2024
		31/12/2025	31/12/2024		
Aplicação pós fixada	BNDES	97,75% do CDI	99,53% do CDI	15.137	15.898
Aplicação pós fixada	Debêntures - Windepar	97,75% do CDI	99,53% do CDI	2.380	2.317
				17.517	18.215

Aplicações em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.207.781 e 19.205.981 celebrados entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação do parque eólico, o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, realizando movimentação, periodicamente, para pagamentos decorrentes dos contratos de financiamento, no caso de insuficiência de saldo de recursos, na conta centralizadora. As reservas estão aplicadas no Banco Itaú e em garantia do contrato de debêntures da sua controladora Windepar conforme instrumento particular de escritura da 1ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M.

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica	2.535	2.104
Contas a receber curto prazo CCEE	191	50
	2.726	2.154

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi constituída provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes, na avaliação e monitoramento do risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2025, não há títulos vencidos no contas a receber da Companhia.

Os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Os contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

8 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2023	Adições	Baixas	Outros (i)	31/12/2024	Adições	Outros (i)	31/12/2025
Em serviço									
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	3%	2.736	-	-	-	2.736	35	-	2.771
Máquinas e Equipamentos	4%	136.635	32	(142)	(4.403)	132.122	8	-	132.130
Móveis e Utensílios	2%	55	-	-	-	55	-	-	55
Direito de uso de arrendamento	4%	1.914	-	-	-	1.914	-	(791)	1.123
Em curso									
Material em depósito (ii)		1.696	-	-	-	1.696	-	-	1.696
Estudos e projetos		2.412	860	-	(236)	3.036	127	-	3.163
Total do custo do imobilizado		145.448	892	(142)	(4.639)	141.559	170	(791)	140.938
Depreciação									
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias		(486)	(87)	-	-	(573)	(88)	-	(661)
Máquinas e Equipamentos		(35.701)	(3.529)	-	-	(39.230)	(4.845)	-	(44.075)
Móveis e Utensílios		(26)	(3)	-	-	(29)	(4)	-	(33)
Direito de uso de arrendamento		(403)	(104)	-	-	(507)	(122)	-	(629)
Total da depreciação		(36.616)	(3.723)	-	-	(40.339)	(5.059)	-	(45.398)
Total do imobilizado líquido		108.832	(2.831)	(142)	(4.639)	101.220	(4.889)	(791)	95.540

(i) Os montantes apresentados na coluna de “Outros” (R\$4.403) referem-se à remensuração da desmobilização conforme ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares.

A Companhia realizou, no encerramento do exercício de 2025, a análise de indicadores de perda por impairment em seus ativos, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis. Após essa análise a Companhia identificou indicadores de Impairment e conforme exigido pelas normas contábeis, realizou teste em relação ao valor recuperável dos ativos. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representa a avaliação de tendências futuras da Administração no segmento e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

- Para fins de definição de Unidade Geradora de Caixa a companhia considerou as cinco EDVs (EDVI, II, III, IX e X) como sendo uma única fonte geradora de caixa em função da Companhia monitorar a execução e performance do parque de forma consolidada e utilizarem a mesma estrutura administrativa e operacional dos parques;

- O valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, calculado a partir do fluxo de caixa projetado, descontado a uma taxa média de custo de capital (WACC) de 9,44%, apurada antes dos impostos;

- O período projetivo utilizado para elaboração do fluxo de caixa descontado considerou o prazo de autorização determinado pelo poder concedente.

- O volume de geração de energia e preço projetado no período levou em consideração a energia assegurada, os preços e período dos contratos já firmados pela Companhia e, para o período de venda a descoberto, foram consideradas as curvas de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

- Para a estimativa dos cortes de geração de energia (*curtailment*) foi considerado no período projetivo uma curva descendente no percentual dos cortes de geração de energia levando em consideração os seguintes fatores: (i) aprovação da Lei 15.269/2025 que deu provimento as empresas eólicas e solar em relação aos cortes de natureza de Confiabilidade; (ii) Expansão das linhas de Transmissão no Nordeste; (iii) Avanço nos leilões relacionado aos projetos de armazenamento de baterias e (iv) Modernização regulatória, trazendo mecanismos de

compensação financeira relacionada ao consumo em horário de baixa tensão e abertura do mercado livre.

Apesar da identificação de indícios que poderiam indicar potencial desvalorização nos ativos, os testes de recuperabilidade realizados demonstraram que o valor contábil dos ativos não excede o valor recuperável. Assim, não foi necessária a constituição de provisão para perdas no exercício. A administração continuará monitorando regularmente os fatores internos e externos que possam impactar a recuperabilidade de seus ativos.

9 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e Serviços	793	969

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações são realizadas sem envolvimento de operação de “forfait”.

10 Empréstimos e financiamentos

(a) Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

			31/12/2025			31/12/2024		
			Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante								
BNDES nº 15.2.0778.1	TJLP + 2,18%	15/10/2032	4.550	127	4.677	4.047	137	4.184
BNDES nº 19.2.0598.1	IPCA 1,68% + Spred 1,99%	15/10/2032	1.722	20	1.742	1.637	19	1.656
(-) Custo de captação - a apropriar	-	-	(37)	-	(37)	(42)	-	(42)
Total			6.235	147	6.382	5.642	156	5.798
Moeda nacional - não circulante								
BNDES nº 15.2.0778.1	TJLP + 2,18%	15/10/2032	34.866	-	34.866	38.001	-	38.001
BNDES nº 19.2.0598.1	IPCA 1,68% + Spred 1,99%	15/10/2032	9.973	-	9.973	11.184	-	11.184
Total			44.839	-	44.839	49.185	-	49.185
Total geral			51.074	147	51.221	54.827	156	54.983

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Em 07 de março de 2016 as Companhias Energia dos Ventos I S.A, Energia dos Ventos II S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos IV S.A, Energia dos Ventos X S.A e controladora Windepar Holding S.A., celebraram com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos I S.A., é de R\$ 57.990, com o objetivo de alongamento da dívida. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que a primeira amortização se iniciou em 15 de novembro de 2016 e a última será em 15 de outubro de 2032.

Em 12 de Dezembro de 2019 as Companhias Energia dos Ventos I S.A, Energia dos Ventos II S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos IV S.A, Energia dos Ventos X S.A e controladora Windepar Holding S.A., celebraram com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número

19.2.0598.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos I S.A., é de R\$ 14.700, com o objetivo de implantação do sistema de conexão do complexo eólico Aracati. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: IPCA de 1,68% ao ano de taxa de juros pré-fixada + SPREAD de 1,99% ao ano, sendo que a primeira amortização iniciará em 15 de janeiro de 2020 e a última será em 15 de outubro de 2032.

Em 06 de setembro de 2024 a Companhia recebeu o montante de R\$ 918 do sub A3 referente ao contrato 15.207 captado em 07 de março de 2016.

O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado nas demonstrações contábeis da controladora das EDVs Windepar Holding S.A, no mínimo, igual ou superior a 1,30. A Administração da Companhia monitora os covenants financeiros e não financeiros.

(b) As movimentações de empréstimos e financiamentos são compostas da seguinte forma:

	31/12/2024	Ingresso	Encargos de dívidas (Nota 18)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2025
Moeda nacional						
BNDES nº 15.2.0778.1	42.185	463	4.223	(4.121)	(3.207)	39.543
BNDES nº 19.2.0598.1	12.839	-	1.007	(1.682)	(450)	11.714
(-) Custo de captação - a amortizar	(41)	-	5	-	-	(36)
Total	54.983	463	5.235	(5.803)	(3.657)	51.221

	31/12/2023	Encargos de dívidas	Encargos de dívidas (Nota 18)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2024
Moeda nacional						
BNDES nº 15.2.0778.1	44.577	918	3.751	(3.659)	(3.402)	42.185
BNDES nº 19.2.0598.1	13.811	-	1.116	(1.601)	(487)	12.839
(-) Custo de captação - a amortizar	(47)	-	6	-	-	(41)
Total	58.341	918	4.873	(5.260)	(3.889)	54.983

(c) As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2027	2028	2029	2030	2031	Após 2031	Dívida Total
6.660	7.061	7.495	7.964	8.471	7.188	44.839

11 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em

risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) PERDA PROVÁVEL: a Companhia não figura como parte em demandas com probabilidade provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios.

(B) PERDA POSSÍVEL: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 merecem destaques as seguintes demandas:

(ii) Demandas Regulatórias: Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 00039957920164013400, proposta pela Companhia, Alupar Investimento S.A. (controladora da Companhia), bem como pelas seguintes empresas que estão sob controle comum da controladora da Companhia: ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente tais empresas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nestas empresas, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 154 (R\$ 123 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) Demandas Trabalhistas, Ambientais e Arbitrais: não existem demandas judiciais ou administrativas dessas naturezas que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

12 Provisão para desmobilização de ativos

As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras aterradas, como fundações, rede de água e esgoto, etc. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.224 (R\$ 2.922 em 31 de dezembro de 2024). A redução do saldo no período ocorreu devido a remensuração do saldo de desmobilização conforme ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. A provisão para desmobilização está registrada em contrapartida ao imobilizado.

	31/12/2024	Atualização mone tária	31/12/2025
Provisão para desmobilização de ativos	2.922	302	3.224

13 Provisão de ressarcimento

	31/12/2024	Adições (nota 16)	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2025
Provisão de Ressarcimento Anual (a)	2.064	344	-	86	2.494
Provisão de Ressarcimento Quadrienal (a)	2.078	1.766	-	7	3.851
Total	4.142	2.110	-	93	6.345
Acerto Financeiro Alocação ACL Para ACR (b)	2.088	3.550	(2.286)	-	3.352
Total	6.230	5.660	(2.286)	93	9.697
Circulante	4.555				6.189
Não circulante	1.675				3.508
	6.230				9.697

	31/12/2023	Adições (nota 16)	Atualização monetária	31/12/2024
Provisão de Ressarcimento Anual (a)	-	2.064	-	2.064
Provisão de Ressarcimento Quadrienal (a)	364	1.692	22	2.078
Total	364	3.756	22	4.142
Acerto Financeiro Alocação ACL Para ACR (b)	-	2.088	-	2.088
Total	364	5.844	22	6.230
Circulante	364			4.555
Não circulante	-			1.675
	364			6.230

(a) Provisão de Ressarcimento

A provisão para ressarcimento é resultante de transações que ocorrem em parques eólicos operando exclusivamente no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), que foram contratados por meio de participação em leilões na modalidade de disponibilidade. Esta modalidade estabelece, contratualmente, limites para as exposições, tanto positivas quanto negativas, da geração de energia em relação à receita fixada pelo leilão, incluindo a aplicação de bônus ou penalidades conforme as faixas de desvio.

Mensalmente são apurados os valores de geração de energia elétrica e confrontados com a obrigação de geração com base na Garantia Física das usinas declaradas e, se verificado déficit, são reconhecidos os valores de provisão de ressarcimento. O ressarcimento pode ser anual ou quadrienal, o que determina sua classificação é a faixa de exposição negativa que cada usina se enquadra, de acordo com a regra contratual. O período de apuração dos saldos anuais é de um ano a partir da data do contrato, ao final de cada ciclo esse valor é transferido para a rubrica de ressarcimento formado e sua liquidação ocorre no ano seguinte. Já o ressarcimento quadrienal tem período de apuração de quatro anos, ao final do ciclo os valores são transferidos para ressarcimento formado, porém, sua liquidação ocorre ao longo dos próximos 12 meses. Por se tratar de saldos de longo prazo, os ressarcimentos quadrienais são atualizados monetariamente ao longo dos anos.

A liquidação dos valores a pagar de ressarcimento, assim como, dos valores a receber em caso de excedente de geração, são realizados através da CCEE, a qual realiza o balanço energético mensal das usinas e a compensação dos valores entre seus agentes. Os valores não compensados são liquidados através de uma conta específica para transações com a CCEE.

Com o aumento da incidência de cortes de geração (*constrained-off*), geradores eólicos com contratos no ACR e CER passaram a enfrentar o dever de ressarcir contrapartes pelo descumprimento de compromissos contratuais. Entretanto, dado que tais restrições possuem origem sistêmica e não estão atreladas à performance do ativo, os agentes passaram a pleitear junto à ANEEL o reconhecimento desses eventos para mitigar a aplicação de penalidades e cláusulas de ressarcimento.

Neste contexto, diante do aumento expressivo de pleitos de geradores eólicos junto à ANEEL para reconhecimento dessas situações de *constrained-off*, o Despacho nº 2.303/2019 suspendeu os ressarcimentos previstos nos contratos firmados no ACR e CER até a regulamentação do tema, posteriormente disciplinada pela Resolução Normativa (REN) nº 927/2021 (consolidada pela REN nº 1.030/2022). Em síntese, o referido instrumento regulatório estabeleceu três marcos temporais para apuração dos cortes e elegibilidade à compensação:

- **Até março/2021:** Restrito a usinas no ACR/CER com pedidos de reconhecimento protocolados na ANEEL.
- **Abril/2021 a outubro/2021:** Aplicável a todas as usinas no ACR/CER, independentemente de protocolo de pedido de reconhecimento.
- **A partir de outubro/2021:** Abrangência geral a todas as usinas afetadas, independentemente do ambiente de comercialização.

Em decorrência das novas disposições regulatórias, o Despacho nº 1.151/2022 definiu a metodologia para cálculo das compensações para o período anterior a outubro de 2021, com cronograma de reapurações iniciado em junho de 2023, de acordo com o Comunicado CCEE nº 970/22. Para os eventos ocorridos após outubro de 2021, a metodologia foi fixada pela REN nº 1.109/2024, resultando em um calendário de recontabilizações no Mercado de Curto Prazo (MCP) e ressarcimentos no âmbito da contratação regulada com início previsto para junho de 2025, conforme o Comunicado CCEE nº 372/25. Em regra, o pagamento da compensação é devido apenas quando a soma dos tempos de restrição por *constrained-off* — classificados como indisponibilidade externa e acumulados desde o início do ano civil — superar a indisponibilidade média das funções de transmissão.

Entretanto, em 25 de novembro de 2025, a promulgação da Lei nº 15.269/2025 trouxe um novo ordenamento jurídico para os cortes ocorridos entre 01 de setembro de 2023 e a data de publicação da Lei. Mediante a assinatura de um Termo de Compromisso com o Poder Concedente, titulares de usinas eólicas e solares poderão fazer jus à compensação dos cortes por indisponibilidade externa, sem franquia de horas, e confiabilidade elétrica. Como contrapartida, a compensação está condicionada: i) à renúncia do direito de discutir na via administrativa, arbitral ou judicial compensações pretéritas e ii) à desistência de eventual ação judicial em curso.

Em decorrência da nova legislação:

- A CCEE, por meio dos Comunicados nº 937/25 e 971/25, suspendeu os lançamentos de ressarcimentos de contratos regulados ainda não reapurados, até que o tema seja integralmente regulamentado.
- O Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para discutir a minuta do Termo de Compromisso, cujo prazo de contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026.

Considerando os eventos acima descritos, ressalta-se que, até a data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e de renunciar às ações judiciais relacionadas ao curtailment. Vale ressaltar que as deliberações finais por parte da Companhia ocorrerão somente após as próximas deliberações sobre o tema. Consequentemente nenhum ganho relativo a compensação econômica pelos eventos de restrições nas operações foram reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

(b) Acerto Financeiro Alocação ACL Para ACR

As usinas de fonte eólica comprometidas com CCEAR, na modalidade disponibilidade, podem atenuar o ressarcimento, entregando mais energia ao contrato através da realocação de energia do ambiente livre para o regulado. A realocação é um mecanismo opcional, no qual o agente deve declarar sua intenção de participação antes do início do ano contratual, e somente terá efeito caso a usina necessite entregar energia adicional a fim de evitar o ressarcimento. No mês de apuração do ressarcimento será calculado a geração realocada do ambiente livre para o regulado no ano contratual, assim como a valoração dessa energia ao PLD, cujo montante financeiro será descontado da receita da usina no mês de apuração do ressarcimento.

14 Partes relacionadas

14.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Passivo circulante - partes relacionadas</u>		
Dividendos declarados - Windepar Holding S.A	-	412
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A	31	39
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	12	25
Prestação de serviços - AF Energia S.A	13	3
	56	479
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A	95	61

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<u>Custos - partes relacionadas</u>			
Prestação de serviços - AF Energia S.A (*)	17	(68)	(23)
<u>Despesas - partes relacionadas</u>			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A		(46)	(8)
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.		(280)	(230)
		(394)	(261)

(*) A AF Energia S.A possui contrato de prestação de serviço com a Companhia com o objeto de serviços de operação remota, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

14.2 Garantias

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devido do contrato em 31/12/2025
Alupar/ Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	57.990	39.543
Itaú	18/12/2024	Alupar/ Windepar	10042412000460	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 025/2018	18/12/2025	18/12/2026	41.664	41.664
Alupar/ Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	I. pela EDV1, EDV2, EDV3, EDV4 e EDV10 : os direitos creditórios: (a) CCEARs, entre as BENEFICIÁRIAS e as distribuidoras listadas no Anexo 1 do CONTRATO DE CESSÃO; b) dos CCVEs a ser(em) celebrado(s) entre BENEFICIÁRIAS e a ALUPAR, no mínimo, 3,2 MW médios; c) outros CCVEE no ACL ou ACR ; d) outros direitos e/ou receitas, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; e) direitos sobre as CONTAS CENTRALIZADORAS, CONTAS RESERVAS DE O&M, CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA BNDES e CONTAS RESERVAS ESPECIAIS SPES, inclusive os créditos que venham a ser neles depositados; II. pela WINDEPAR: a) os direitos sobre a CONTA RESERVA ESPECIAL HOLDING, inclusive os créditos que nelas venham a ser depositados; b) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com as BENEFICIÁRIAS; e c) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste.	10/12/2019	15/10/2032	14.700	11.714

14.3 Remuneração da alta administração

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGOE da Companhia realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovada por unanimidade dos votos, a remuneração global dos membros da Diretoria no montante de até R\$ 375 para o exercício social de 2025 (R\$ 543 em 2024).

15 Patrimônio líquido

Capital social

Em 26 de março de 2025 a Companhia, através de Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia, de R\$ 51.365 para R\$ 47.342, por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 4.022, a redução foi realizada para viabilizar a transferência de recursos para a acionista Windepar Holding S.A. a fim de cumprir as obrigações assumidas com os debenturistas. Não houve alteração na quantidade de ações.

Em 13 de maio de 2024 a Companhia, através de Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia, de R\$ 55.506 para R\$ 51.365, por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 4.141, a redução foi realizada para viabilizar a transferência

de recursos para a acionista Windepar Holding S.A. a fim de cumprir as obrigações assumidas com os debenturistas. Não houve alteração na quantidade de ações.

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 47.342 (R\$ 51.365 em 31 de dezembro de 2024) dividido em 69.221.967 ações ordinárias (69.221.967 ações em 31 de dezembro de 2024), conforme segue:

31/12/2025 e 31/12/2024		
Ordinárias		
	Quantidade	%
Acionistas		
Windepar Holding S.A.	69.221.966	99,99
AF Energia S.A.	1	0,01
Total das ações	69.221.967	100,00

Reservas de Lucros

a. Reserva legal

5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$ 228 em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b. Lucros retidos

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$ 2.153 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 2.594 em 31 de dezembro de 2024.

c. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

Em 2025 e 2024 a Companhia apresentou prejuízo no exercício, e não houve destinação de resultado.

16 Receita operacional líquida

	Nota	MWh	31/12/2025	MWh	31/12/2024
Receita de geração de energia elétrica					
Suprimento de energia - ambiente regulado		76.212	17.507	76.421	16.700
Suprimento de energia - ambiente livre		16.800	3.281	13.965	2.530
Ajuste positivo CCEE		-	570	-	235
Provisão acerto alocação ACL - ACR	13	-	(3.550)	-	(2.088)
Provisão de Ressarcimento	13	-	(2.110)	-	(3.756)
		93.012	15.698	90.386	13.621
Deduções					
PIS - Programa de integração social			(147)		(119)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social			(678)		(548)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica			(100)		(94)
			(925)		(761)
Receita operacional líquida			14.773		12.860

17 Custos e despesas operacionais

	Nota	31/12/2025		31/12/2024	
		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
Encargos de uso da rede elétrica		(169)	-	(129)	-
Doações, contribuições e subvenções		(11)	10	(10)	(15)
		(180)	10	(139)	(15)
Custos gerenciáveis					
Ajuste Negativo - CCEE		(10)	-	(2)	-
Seguros		(278)	(1)	(286)	-
Alugueis		75	(14)	(7)	(57)
Pessoal		(469)	(375)	(235)	(232)
Honorários da diretoria e conselho de administração		-	(417)	-	(475)
Material		(30)	(57)	(184)	(92)
Serviços de Terceiros		(2.657)	(512)	(2.915)	(206)
Serviços de Terceiros - Partes relacionadas	14.1	(68)	-	(23)	-
Outros		3	(24)	(74)	8
		(3.434)	(1.400)	(3.726)	(1.054)
Depreciação e Amortização		(5.057)	(42)	(3.687)	(35)
		(5.057)	(42)	(3.687)	(35)
Total		(8.671)	(1.432)	(7.552)	(1.104)

18 Resultado Financeiro

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Financeiras			
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	10.b	(5.235)	(4.873)
Outros		(815)	(723)
Total		(6.050)	(5.596)
Receitas Financeiras			
Receita de aplicações financeiras		2.440	1.937
Total		2.440	1.937
Total Líquido		(3.610)	(3.659)

19 Imposto de renda e contribuição social correntes

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
a) Composição dos tributos no resultado:			
Na rubrica de tributos:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(1.501)	(1.196)
Total		(1.501)	(1.196)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		1.060	545
Alíquota nominal		34%	34%
Expectativa de (despesa) receita com tributos às alíquotas nominais		(360)	(185)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
Efeito da alíquota de lucro presumido		(1.141)	(1.011)
Despesa de imposto de renda e contribuição social		(1.501)	(1.196)
Alíquota efetiva		142%	219%

20 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Valor justo, classificação e hierarquia dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis :

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/12/2025		31/12/2024		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e bancos	1.545	1.545	696	696	-	Custo amortizado
Investimento de curto prazo	15	15	970	970	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	17.517	17.517	18.215	18.215	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	2.726	2.726	2.154	2.154	-	Custo amortizado
	21.803	21.803	22.035	22.035		
Passivo						
Fornecedores	793	793	969	969	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	51.221	51.221	54.983	54.983	-	Custo amortizado
	52.014	52.014	55.952	55.952		

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2025, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, TJLP e IPCA e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2025 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2025	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Investimento de curto prazo		7,50%	11,25%	15,00%	18,75%	22,50%
CDI	15	1	2	2	3	3
Títulos e Valores mobiliários	17.517	1.314	1.971	2.628	3.284	3.941

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano						
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2025 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
BNDES nº 15.2.0778.1	TJLP +	2,18%	39.416	4,40%	6,59%	8,79%	10,99%	13,19%
			1.732	2.598	3.465	4.331	5.197	
BNDES nº 19.2.0598.1	IPCA +	1,68%	11.695	2,91%	4,36%	5,81%	7,26%	8,72%
			542	715	887	1.060	1.233	

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

21 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento:

Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2025	
		Amortização / Pagamento	Captações / Ingressos	Encargos	Adições/ baixas		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.b	54.983	(9.460)	463	5.235	-	51.221
Arrendamentos		3.326	(349)	-	296	791	2.482
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)		58.309	(9.809)	463	5.531	(791)	53.703

Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa		Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2024	
		Amortização / Pagamento	Captações / Ingressos	Encargos	Adições/ baixas		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.b	58.341	(9.149)	918	4.873	-	54.983
Arrendamentos		3.601	(314)	-	275	(236)	3.326
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)		61.942	(9.463)	918	5.148	(236)	58.309

22 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 183 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 110 em 31 de dezembro de 2024) referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

* * *